



JORNALISMO SOBRE CIÊNCIA A LINGUAGEM, A FORMAÇÃO E O ERRO

Cássio Leite Vieira

Não apresentarei dados primários nem inéditos neste texto, breve e informal. Tentarei, sim, discutir três questões, tendo como base apenas minha experiência como repórter e redator dedicado principalmente à cobertura da área de ciências exatas para jornais e revistas. A primeira das questões diz respeito ao fato de o jornalismo sobre ciência ter ou não uma linguagem específica, diferenciada daquela empregada em outras editorias. A segunda tem relação com uma iniciativa que tem se tornado muito comum nos últimos anos e que está calcada no pressuposto de que jornalistas que atuam (ou gostariam de atuar) na área de ciência precisam ter, para melhor desempenhar suas funções, uma formação especializada. Por fim, tento discutir – mesmo sendo um assunto paralelo ao tema – um ponto que me parece crítico na relação entre cientistas e jornalistas e que expresso aqui através de uma pergunta simples: só os jornalistas erram?

Não sou pesquisador. Portanto, não tenho dados primários nem inéditos para apresentar. O pouco que posso oferecer ao leitor é um relato pessoal baseado em minha experiência como repórter e redator dedicado principalmente à área de ciências exatas, com incursões esporádicas pelo campo da divulgação científica (exposições, catálogos, cartazes, revistas para institutos de pesquisa etc.).

No início da década de 1990, fui convidado para falar em um encontro no Rio Grande do Sul sobre jornalismo científico – adianto que não gosto do termo, preferindo jornalismo sobre ciência; no entanto, esses purismos podem ser deixados de lado. A comissão organizadora deu-me o tema: a linguagem do jornalismo científico. Para a decepção da platéia, comecei minha fala alegando que não acreditava em tal especificidade. Defendi meu ponto de vista com o seguinte argumento: por que não ouvíamos falar, então, de uma linguagem do jornalismo político ou econômico, áreas muito mais nobres que a ciência na imprensa em geral? Pedi que as pessoas ali presentes fizessem uma experiência mental: cada uma delas seria o editor da primeira página de um grande jornal diário, tendo que escolher entre duas notícias para ser a manchete da edição do dia seguinte: “Aluguéis (ou IPTU vai) vão subir 5% no Sudeste” e “Descoberto o quark top” – para o leitor sem conhecimento de física, explico que o quark top, classificado como um tipo de última das partículas que restava ser descoberta, é um constituinte da matéria que só existiu nos primeiros instantes da formação do universo.

A maioria esmagadora das respostas indicou que a manchete deveria ser sobre o aluguel (ou o IPTU) – o interessante é que isso ocorre até mesmo em platéias formadas só por físicos, como pude atestar recentemente. Como, então, uma notícia sobre imóveis, de alcance restrito, mostrou-se mais importante que um fato de caráter universal, classificado pelos físicos como uma das mais importantes descobertas científicas do século 20?

Na verdade, manchetes sobre temas científicos são muito raras na imprensa. Política, economia, imóveis e polícia, só para citar algumas poucas áreas, ocupam o alto da primeira página e as capas de revistas com muito mais frequência que a ciência, porque – e vamos justificar isso aqui de modo simplificado – mexem com a vida das pessoas. No entanto, não se fala em se formar jornalistas de política e economia. Nem mesmo se fala em uma linguagem específica para o jornalismo sobre imóveis e polícia.

Em meus 15 anos de jornalismo, nunca ouvi um só jornalista alegar que não poderia trabalhar em outra editoria por desconhecer a linguagem específica dessa ou daquela área do jornalismo. O máximo que escutei foi a alegação de que suas agendas, com os telefones de fontes, teriam que ganhar novos nomes. Nunca recusei – ou pude recusar – ser transferido, em situações de emergência, da editoria de ciência para a de política ou economia. Com certeza, meus chefes não aceitariam a desculpa de que eu, por trabalhar em ciência, desconhecia a linguagem dessas outras áreas.

Sempre que defendo esse ponto de vista, o contra-argumento é que a área de ciência tem seus próprios jargões e termos técnicos. Concordo. Mas o leitor – caso não tenha familiaridade com a área de economia – conseguiria dizer o que é taxa selic, swap ou debêntures? Mesmo jornalistas em início de carreira sabem que devem evitar, ao máximo, termos técnicos ou jargões. Fazer o leitor entender o que está escrito é vital na comunicação.

Acho que o equívoco que se está cometendo tem sua origem no fato de se achar que, se é jornalismo científico, então se trata de ciência; se é ciência, então é preciso um treinamento especializado, como aquele a que os pesquisadores devem ser submetidos. O problema, a meu ver, é de enfoque. Não se trata de ciência, mas sim de jornalismo. E aí está um ponto crucial.

O que é jornalismo? Há muitas definições. Em entrevista dada à *Folha de S. Paulo* (8/3/98), a jornalista Lillian Witte Fibe, mesmo que indiretamente, deu uma definição que reproduzo aqui. “Você já pensou na tragédia que seria se passássemos a nos pautar pelo que o telespectador *quer* ver, e não pelo que ele *precisa* ver? [...] Persigo, há 25 anos, o *interesse* do público (não o *desejo* dele).” [itálicos são meus]. Com base nesses dois trechos, arrisco dizer que jornalismo é a arte de dar ao leitor o que pode interessar a ele e não o que ele quer ler (ver ou escutar). Nessa definição, o termo “arte” tem muito a ver com o que vou denominar aqui *feeling*, ou seja, um tipo de talento especial para descobrir o que pode interessar ao leitor (telespectador ou ouvinte). É com esse *feeling* que jornalistas levantam grandes pautas apenas observando pessoas passeando na rua, escutando conversas da mesa vizinha em um bar, observando fatos aparentemente corriqueiros do cotidiano, dando novos enfoques a assuntos aparentemente velhos e sem importância e tornando-os notícias interessantes.

Acho que uma boa definição desse *feeling* está em uma frase de Jânio de Freitas, colunista da *Folha de S. Paulo*. Diz ele: “Bom jornalista é o que entende do que lhe cabe fazer no jornal. Mas grande jornalista é o que entende de leitor”. Entender de leitor seja, talvez, a maior qualidade que um jornalista possa ter. Além disso, é necessário dominar uma técnica (redação, edição etc.) que é relativamente simples e tem muito a ver com bom senso. A experiência do caderno *Ciência* da *Folha de S. Paulo* mostrou que não é difícil transmitir a parte técnica do jornalismo para graduados de outras áreas. Em poucas semanas, eles passavam a escrever tão bem ou melhor que os repórteres mais antigos.

Juntamente com a definição acima, gostaria de acrescentar outra: jornalista é jornalista. Antes de tentar explicar essa tautologia, peço licença para discutir aqui características de outras profissões técnicas. É quase certo que um médico ortopedista tenha dificuldade em fazer um diagnóstico na área de endocrinologia. E vice-versa. Um engenheiro mecânico, sem dúvida, se diria incapacitado de projetar um circuito eletrônico complexo, do mesmo modo que o primeiro, com certeza, se diria impedido de fazer os cálculos para a construção das barragens de uma hidrelétrica. Porém, não há essa segmentação em jornalismo, profissão na qual a troca de área, bem como a de veículos (jornal, revista, televisão, rádio etc.), é muito comum. Conheço profissionais da área de ciência que foram trabalhar em esportes. E vice-versa. Recentemente, soube que uma editora de uma das mais prestigiosas revistas científicas do planeta era repórter de polícia antes de cobrir ciência.

Nunca soube de um profissional que houvesse rejeitado um bom salário e um bom emprego com base na argumentação de que desconhecesse as especificidades dessa ou daquela área do jornalismo. Com uma boa proposta de emprego, faz-se um repórter de polícia editar uma revista de moda. E vice-versa. Tira-se alguém da imprensa escrita e leva-o para a televisão, por exemplo. E tenho certeza de que, sendo eles bons profissionais, não terão muitas dificuldades nos novos cargos.

Tive o prazer de trabalhar com excelentes profissionais no caderno *Ciência*. Lá, fui subordinado a seis editores, sendo que quatro deles não tinham formação alguma em ciência – eram formados em jornalismo. No entanto, em nenhum momento, vi a qualidade do caderno piorar. Todos eles, com ou sem formação em ciência, diziam com frequência a repórteres e redatores frases do tipo “O leitor

não vai entender. Reescreva!”, “Esta passagem está confusa. Não dá para explicar isso de outro jeito?”. Mesmo os outros dois editores tinham sua formação limitada a uma parte da ciência – eram físicos de formação. Por melhores que fossem suas formações, eles encontravam as mesmas dificuldades que os outros editores em textos, por exemplo, de ciências biológicas e humanas. E, por obrigação profissional, faziam as mesmas exigências aos subordinados.

A formação

Fico intrigado com uma iniciativa que tem se tornado muito comum nos últimos anos: os cursos de formação de jornalistas científicos. Adianto que desconheço cursos para formar jornalistas da área de política e economia. Bem como qualquer iniciativa para dar uma formação sólida para jornalistas que pretendem cobrir a área de polícia ou imóveis – afinal, como vimos, não é raro que um crime ou uma nova política de financiamento da casa própria dêem muito mais leitura do que a mais importante notícia de ciência do dia. Vou além: um dos mais altos índices de leituras (ou audiência) na imprensa está nas seções ou nos programas de esportes. Por que, então, não se fala de uma linguagem específica do jornalismo esportivo? Por que não há cursos para dar treinamento especializado para os profissionais que queiram se dedicar a cobrir esportes?

Faculdades de jornalismo estão acrescentando ao currículo dos estudantes disciplinas de jornalismo científico – tenho uma tremenda curiosidade em saber o que se ensina nessas cadeiras. Mais uma vez, por que deixar de fora esportes, cotidiano e automobilismo? Recentemente, universidades, secretarias de estado e agências de financiamento têm investido em cursos para a formação de jornalistas científicos. Sempre achei que esses cursos têm sua origem no fato de os cientistas acharem que os jornalistas erram muito, principalmente por falta de formação (*ver* “O Erro”).

Acompanhei um desses cursos de formação de jornalistas científicos no Rio de Janeiro. Apesar da boa intenção dos organizadores e dos patrocinadores, até onde sei nenhum dos jornalistas que frequentou o curso está hoje cobrindo a área de ciência. Além do pressuposto de que jornalistas que vão cobrir a área de ciência devem ter um treinamento diferenciado, o curso tinha, a meu ver, outro problema: era calcado na idéia de que é válido e útil ensinar ciência a jornalistas. Por cerca de uma semana, os alunos assistiram a palestras dadas por pesquisadores que falavam

sobre temas ligados a seus campos de trabalho. Meu argumento (um tanto quanto irônico, é verdade) contra esse tipo de estratégia – o de que jornalistas se tornam especializados em ciência assistindo palestras sobre ciência – é o seguinte: bastaria, então, colocar esses alunos para assistirem, pelo mesmo período de tempo, o *Discovery Channel*, canal a cabo cujo nível dos documentários e da programação é, em geral, muito bom. Em poucos dias, a audiência estaria devidamente treinada para a nova profissão.

Concordo que, para uma pessoa sem formação em determinada área, é mais difícil conduzir uma entrevista. No entanto, a função de um repórter é perguntar e tirar dúvidas. Escutei de um experiente jornalista norte-americano uma receita um tanto familiar sobre qual é o papel de um repórter de qualquer área: “Continuem fazendo perguntas estúpidas”. Detalhe: o autor da frase é pós-doutorado em astrofísica e foi por anos (talvez, décadas) pesquisador da Universidade da Califórnia antes de se tornar jornalista. Eu mesmo tive a chance de aplicar esse procedimento quando fui deslocado da editoria de ciência para a de economia para cobrir o famigerado Plano Collor. Economistas e gerentes de bancos tiveram que responder a muitas perguntas “estúpidas” feitas por mim. Só assim eu conseguia entender o assunto. E só entendendo o assunto é que se pode escrever com clareza, precisão e simplicidade sobre ele. No entanto, em nenhum momento, me passou pela cabeça dizer ao meu chefe que eu não poderia cobrir economia por ser um repórter que só dominava a linguagem do jornalismo científico.

Voltemos um pouco à questão da formação. Mesmo para repórteres que cobrem por anos ou décadas uma mesma área, cada nova reportagem pode trazer um tema novo e desconhecido. Cito mais uma vez um caso pessoal: a primeira vez que escrevi algo sobre computadores quânticos (máquinas que prometem ser muito mais rápidas que os computadores convencionais), um assunto novo na época, fui obrigado a começar uma das entrevistas com perguntas básicas (ou “estúpidas”): “O que são computadores quânticos?” “Em que eles são diferentes de um computador convencional?” E assim por diante.

É isso que deve fazer um repórter. É isso que provavelmente está fazendo uma nova geração de jornalistas da área de ciência que está surgindo no Brasil. Esses jovens repórteres e redatores escrevem sobre os mais variados temas, de mecânica quântica a antropologia. Tive o prazer de conversar com muitos desses novos talentos, que hoje estão espalhados principalmente pelas redações de revistas como

Ciência Hoje, *Galileu*, *Superinteressante* e no jornal *Folha de S. Paulo*. Pelo que apurei, nenhum tem formação científica ou passou por cursos de formação. Contudo, cobrem ciência com desenvoltura – muitos deles se dedicam às ciências exatas, um ramo do jornalismo para o qual é mais difícil atrair profissionais, sobretudo por causa da linguagem matemática. Vale também lembrar que os principais repórteres, redatores e editores que hoje atuam na área de jornalismo sobre ciência no Brasil também não têm formação científica alguma. No entanto, nossa cobertura de ciência, seja em revistas, seja em jornais – infelizmente, a área de ciência ainda não conquistou o rádio e a televisão –, é considerada de muito bom nível por muitos jornalistas estrangeiros.

Definitivamente, acho que formar jornalistas científicos é uma perda de tempo e dinheiro. Como foi dito, não há no jornalismo a especificidade ou segmentação encontrada em outras áreas técnicas. Acho que poderíamos, sim, incentivar recém-formados a se dedicarem à cobertura de ciência. Nesse aspecto, a revista *Ciência Hoje* tem desenvolvido uma experiência interessante. A cada ano são selecionados, entre dezenas de inscritos, oito estudantes de jornalismo, que passam a trabalhar tanto na *Ciência Hoje* quanto na *Ciência Hoje das Crianças* e na *Ciência Hoje Online*. Fazem reportagens sobre os mais diversos assuntos, de física a lingüística. Para isso, ganham bolsas de iniciação científica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, depois de alguns anos do programa, ex-estagiários trabalham em revistas e jornais cobrindo a área de ciência – e aqueles que estão cobrindo outras áreas pelo menos já sabem que não há nenhum mistério na cobertura de ciência.

Costumo dizer que as secretarias de estado e as agências de fomento fariam muito mais pelo jornalismo da área de ciência se patrocinassem com anúncios colunas em jornais ou revistas. Ou se colocassem anúncios nas páginas dessas editorias. Quanto a formar jornalistas, o melhor mesmo é deixar isso com as universidades e faculdades – na verdade, o melhor seria que a exigência do diploma caísse e que graduados em ciências exatas, biológicas e humanas pudessem exercer a função de jornalista nos meios de comunicação, como é muito comum em revistas de prestígio internacional como *New Scientist*, *Scientific American*, *Nature*, *Science*, *La Recherche*, entre outras. Na Inglaterra, por exemplo, há uma iniciativa interessante: profissionais formados em diversas áreas podem ingressar em um curso

denominado *Science Communication*, que dura cerca de dois anos. Um dos poucos pré-requisitos para o ingresso é ter bom conhecimento da língua inglesa. Os alunos têm aulas sobre jornalismo impresso, rádio e televisão. Essa seria uma iniciativa, acho, interessante e viável para o Brasil, que poderia transformar o jornalismo em um tipo de especialização para graduados de qualquer área do conhecimento.

No caderno *Ciência*, durante o início da década de 1990, os repórteres e redatores formados em jornalismo eram exceção entre uma equipe formada por astrônomos, biólogos, agrônomos, médicos, físicos, químicos, matemáticos etc. A grande maioria desses profissionais voltou para seus cursos de pós-graduação ou para os laboratórios. Caso houvesse no Brasil a possibilidade de atuarem como jornalistas, possivelmente muitos ainda estariam na profissão.

O erro

Gostaria de discutir um assunto que, apesar de paralelo ao nosso tema, é um ponto crítico na relação entre cientistas e jornalistas. Os primeiros vivem acusando os últimos de cometerem muitos erros. Como diz o ditado, não vou dourar a pílula. Jornalistas erram, principalmente quando têm que trabalhar contra o tempo – essa situação ganha contornos mais dramáticos no jornalismo diário, em que, não raramente, tem-se menos de uma hora para apurar e escrever uma reportagem sobre um assunto que o repórter mal ouviu falar. Costumo dizer que há duas leis no jornalismo: a lei número um é “cheque a informação a qualquer preço”; a lei número zero é “nunca atrase o fechamento”. O confronto desses dois princípios, por vezes, deixa o jornalista frente a um dilema – a experiência mostra que a lei número zero tem uma certa preponderância sobre a de número um.

Porém, só os jornalistas erram? Sabemos que não. Para mim, isso ficou mais evidente depois que passei a trabalhar como editor de textos de ciências exatas para a revista *Ciência Hoje*. Nesse cargo, que exerço até hoje, tenho acesso aos pareceres dos pares científicos, isto é, comentários de consultores sobre os artigos apresentados para publicação na revista. Muito comumente, esses consultores indicam erros de conteúdo, apontam trechos que deveriam ser cortados, pedem para alterar dados desatualizados, corrigem erros de cálculos ou equívocos quanto a passagens históricas. Algumas vezes, é a própria edição que se incumbem de fazer isso.

O que tento mostrar é que, caso o texto fosse publicado em seu formato original, ele também traria vários erros – erros são bem comuns nos artigos escritos por cientistas, sendo que a exceção é mesmo o texto em que os consultores não pedem para que informações ou trechos sejam modificados pela edição. Exceção também são os textos negados para publicação por sua baixa qualidade de conteúdo e alta quantidade de erros. Esses últimos são, como disse, minoria, mas o fato é que eles existem.

O que dizer, então, de erros cometidos por profissionais que passaram, pelo menos, cinco anos estudando um determinado assunto – em geral, a grande maioria dos autores que publicam na *Ciência Hoje* é de doutores. Muitos estudam o mesmo assunto por décadas, e mesmo assim cometem erros – veja, leitor, não estamos falando de erros de gramática ou ortografia, nem mesmo nos referimos a estilo ou inteligibilidade. Ressalte-se que os autores não são pressionados a terminar seus textos em uma determinada data – a revista não dá prazo no caso de artigos. Assim, pressupõe-se que eles tiveram semanas ou, mais comumente, meses para redigir artigos com cerca de 15 mil toques. Como é muito comum nas redações, não havia ninguém dizendo a eles – aqui “dizer” é um eufemismo para “gritar” – “termine logo o texto, porque o jornal (a revista) já está fechando!”.

O leitor vai me permitir mais dois exemplos extremos, porém emblemáticos. Um físico de renome que trabalha no Brasil escreveu há poucos anos o que se tornaria o trabalho mais importante de sua vida e aquele através do qual ele ganharia fama internacional. O artigo foi publicado na mais prestigiosa revista internacional de física e sua extensão não vai muito além de três páginas de palavras e cálculos, pelo que me lembro. O autor provavelmente pensou sobre o assunto durante anos e teve meses para chegar à redação final. É certo também que tenha recebido as provas antes da publicação. Teve dias ou semanas para revisá-las. No entanto, saiu um erro, simples, que poderia ter sido evitado com uma revisão mais minuciosa. O fato é que ele não foi visto nem pelo autor, nem pelos consultores, nem pelos editores. Isso, claro, não tira o mérito do trabalho, que é muito citado hoje em dia. Porém, mostra que erros parecem escapar mesmo dos olhos mais treinados e atentos.

Pesquisadores não cometem erros só ao escrever. Por vezes, quando dão entrevistas, fornecem aos repórteres informações erradas ou desatualizadas. Desconheço o caso de cientista que tenha feito isso por má-fé. Em geral, a

causa é distração – a mesma que leva a erros na redação de reportagens, artigos etc. – ou, em alguns casos, falta de atualização. Ou, em poucos casos, falta de humildade em admitir para o repórter que ele, cientista, não tem certeza sobre a resposta ou mesmo desconhece quase por completo o assunto.

Se os textos escritos por jornalistas também pudessem passar por consultores, o número de erros tenderia ao mesmo nível encontrado nas publicações científicas – mas, reafirmo, eles não desapareceriam. Prova disso é que mesmo as mais criteriosas revistas científicas do planeta não conseguem se livrar de suas erratas.

Apesar dos argumentos apresentados até aqui, gostaria de dizer que não estou tentando, de modo algum, justificar os erros cometidos por jornalistas ou cientistas. Sempre que possível, um erro de informação deve ser corrigido, independentemente da qualificação de sua fonte ou de seu autor.

Cássio Leite Vieira é jornalista
free lance.
clvieira@uol.com.br